

A difusão da cultura italiana na cidade de São Paulo: a ênfase na propagação do idioma.

ELIANE MIMESSE*

Introdução

A questão primordial do governo italiano com relação ao grande número de emigrados, era a necessidade de mantê-los vinculados, sentimentalmente, ao país de origem. O incentivo financeiro por parte desse governo possibilitava as associações que dessem uma maior ênfase à essa manutenção e ao ensino da Língua Italiana.

As associações de mútuo socorro comumente promoviam festas, em homenagens aos santos ou aos heróis italianos. Os periódicos escritos em Língua Italiana na cidade paulistana divulgavam essas festas, que atraíam muitas pessoas, inclusive de outras nacionalidades, - como pôde ser constatado na leitura desses mesmos periódicos. Esse fato pode ser ilustrado com a *Festa de São Caetano*, que ocorria no núcleo colonial de São Caetano na área metropolitana da cidade de São Paulo. Para essa festa, que trazia um número muito grande de público da Capital, a estrada de ferro *São Paulo Railway Company*, ampliou o número de composições e de horários, nos dois dias da festa, conforme citado por Mimesse (2010).

Existia também o incentivo financeiro que as escolas privadas recebiam do governo italiano. Nesse momento é preciso esclarecer que essas escolas eram compostas apenas por uma ou duas salas de aulas. Cada sala comportava alunos respectivamente de um dos sexos - masculino ou feminino, não existia a possibilidade de sexos diferentes conviverem na mesma sala de aula, essa exceção ocorria apenas nas escolas públicas distantes dos grandes centros populacionais, e eram denominadas como mistas ou promíscuas. As escolas elementares subsidiadas pelo Governo Italiano na cidade de São Paulo, normalmente funcionavam na casa do diretor, proprietário e professor da escola. Esse diretor muitas vezes mantinha sua família, leia-se esposa e filhos, como o corpo docente da escola.

* Centro Universitário Internacional; Doutora em Educação pela PUCSP, efetua estágio de pós-doutorado em História na mesma universidade.

Cada escola aberta em território estrangeiro tinha a possibilidade de registrar-se no *Regio Consulato* e solicitar uma subvenção. O Governo Italiano enviava livros, materiais didáticos e valores em espécie, para cada escola. O objetivo desse incentivo era o de manter vivo o sentimento de amor à Pátria, difundir a língua oficial instituída após a Unificação e preservar a cultura.

Era primordial ao Governo Italiano a difusão e a manutenção desse idioma instituído como oficial, após a segunda metade do século XIX. Muitos dos emigrados provindos da península itálica, tinham fluência em seus respectivos idiomas locais e pouco conheciam do idioma oficial. A pretensão do Governo Italiano com seus subsídios às associações e escolas elementares era a manutenção de um sentimento de amor ao país, unindo esses emigrados com uma única língua em território estrangeiro.

A língua, de fato, não é um mero repertório de signos ou um fato exclusivamente semântico, mas constitui uma dimensão fundamental do homem e do povo, ao ponto que impõe ao indivíduo ou a comunidade uma língua diferente daquela materna. Essa imposição equivale a fazer uma violência e alienar as suas identidades e a rasgar as suas raízes culturais. Somente mantendo a dimensão linguística tradicional, é possível o pleno desenvolvimento das simples pessoas que formam uma comunidade. (PALOZZI, 1993, p. 13)

Expansão da cultura italiana

Vários foram os discursos incentivando a expansão da cultura italiana. Pôde-se identificar certo tom no discurso em defesa do colonialismo, a partir do grande número de italianos residentes no Brasil e da necessidade de criação de escolas italianas, para contribuir com o fortalecimento da nação recém unificada. Em um documento datado de 1868, Franzina (2006) reproduziu um trecho desse documento em que se verificou que existia certa vantagem na emigração.

[...] é um campo vasto para a atividade e expansão dos italianos. Tudo o que os italianos semeiam no exterior tende a fortalecer a própria nação, a aumentar a sua parte no mundo, a sustentar energicamente a sua potência [...]; seria necessário que naqueles países houvesse também escolas italianas, como em todas as colônias do levante para que a Itália fora da Itália mantenha a sua influência também com a cultura [...]; mais do que ver inoperantes entre nós tantos jovens. (FRANZINA, 2006: 424)

Esse trecho, citado acima, apresenta outra possibilidade da emigração em massa, a de colonizar novas terras e difundir a cultura do país. Nesse ínterim foi criada a *Società Dante Alighieri*, fundada em Roma no ano de 1889. Já em 25 de março de 1890 organizou seu Primeiro Congresso. Nos dois artigos iniciais deste programa lia-se:

art. 1) A Società Dante Alighieri propõe-se a tutelar e difundir a língua e a cultura italiana fora do Reino;

art. 2) Para alcançar seu fim, a Società institui e subsidia escolas, e encoraja com prêmios a frequência e o aproveitamento, coopera com a fundação de bibliotecas populares, difusão de livros e publicações, e promove conferências. (SALVETTI, 1995:13)

Ocorreu simultaneamente a criação da *Società Nazionale Dante Alighieri all'estero*, ainda no de 1889. Com essa ação confirmou-se a inquietação, por parte do Governo Italiano, de os emigrados perderem seu vínculo com o país de origem. Alguns discursos focaram as vantagens da emigração e da possibilidade da Itália plantar suas raízes pelos vários países do mundo, mas ao mesmo tempo, existia a preocupação de esses emigrados encantarem-se pelo novo país e esquecerem-se do país de origem.

No Brasil esses emigrados tinham ainda a possibilidade de optarem pela nacionalidade brasileira, ampliando o desconforto do Governo Italiano, com relação às ações dos emigrados. Conforme Salvetti (1995: 9), a *Società Nazionale Dante Alighieri all'estero* visava a “difusão da cultura da Pátria. Deveria defender uma identidade nacional e evitar a ameaça no exterior dos riscos da desnacionalização, que corriam os italianos emigrantes e, principalmente, os seus filhos”. Entre as funções desta *Società Nazionale* estava a de privilegiar a cultura e a propaganda no exterior, visando que o aprendizado elementar dos filhos dos emigrantes, fosse um pouco adiante do “italiano que pouco conhecem e principalmente de forma dialetal”, conforme Salvetti (1995: 37). Era necessário manter e difundir a Língua Italiana aos emigrados e aos seus filhos, para a perpetuação dos vínculos sentimentais com o país de origem, e não mais com a localidade ou a região de onde vieram. Como escreveu Palozzi (1993, p. 13) “[...] a língua é instrumento da cultura, portanto o ensino da língua italiana e a educação linguística são essenciais”.

Durante a segunda metade do século XIX a questão da língua nacional perpassava as discussões do Governo Italiano. Broglio, então ministro da Instrução Pública, nomeou em

1868 uma comissão dirigida por Alessandro Manzoni, com a função de tomar providências sobre a “boa língua de boa pronúncia”. Conforme os dados da Treccani (2011) Manzoni escreveu no mesmo ano um relatório tratando *Dell'unità della lingua e dei mezzi di diffonderla, seguita de un apêndice. O ideal de Manzoni era a unidade linguística, entendida por ele como o cerne ao coroamento da unidade política. Mas, assim que seu Vocabolario da Língua Italiana foi divulgado logo causou uma grande polêmica, pois ainda não existia uma unificação nacional capaz de aceitar os vocábulos inseridos nessa nova Língua Nacional. As críticas apontavam para a falta de palavras retóricas e clássicas, que sempre existiram nos idiomas regionais. O Vocabolario de Manzoni era em prol de um novo linguajar simples e acessível a todas as classes sociais e as regiões do país.*

Segundo Montanelli (2011: 30) Manzoni propunha que se adotasse o idioma falado na região da Toscana, porque “era a força de uma língua, não era melhor que qualquer outra no sentido léxico, mas sobre as outras tinha vantagens: a escrita variava pouco da oral, e a oral era expressada quase que do mesmo modo”. Como afirmou Civra (2002) a grande maioria da população comunicava-se em seus idiomas regionais e locais. O que o autor considerava como:

[...] um problema da tradição local, ao menos por enquanto se resguarda a classe culta, a Unificação da Italia é uma aquisição tanto de seu plano histórico quanto do cultural, independentemente do fato de que, queiram os pedagogos, o povo italiano fala e compreende ainda quase somente o dialeto. Não podemos deter-nos, neste propósito, dos observadores que nesta falta de atenção na situação real dos meninos frente a escola obrigatória. [...] poucos vão além da compreensão da língua nacional e da escrita do próprio nome. (CIVRA, 2002: 43)

Identificou-se nessa citação a dificuldade concreta, dentro do próprio país em difundir o novo idioma instituído como oficial. Reforçando a premissa de que os emigrados da Península Itálica eram, em sua maioria, analfabetos. Esse analfabetismo era em relação ao novo idioma, dados de pesquisas efetuadas por Piseri (2012) apontam para a existência de escolas masculinas e femininas nas mais variadas regiões da península, de modo que a população em geral era alfabetizada, nos idiomas regionais, e em alguns casos também dominavam a gramática da língua latina. É claro que as regiões mais populosas apresentavam uma maior taxa de alfabetização, quando comparadas as regiões agrícolas. Esses dados

específicos acabam por contradizer o discurso propalado pelo Governo Italiano e reiterado por vários autores, de que a população emigrante era analfabeta.

Conforme Cuaz (2012) o ensino feminino era diferente do masculino, nesse caso as meninas aprendiam a ler e escrever seus nomes, sem se aprofundarem na escrita.

Em muitos casos o ensino findava com a aprendizagem da leitura e da assinatura, sem aprender a escrever. Especialmente para as meninas acreditava-se que a leitura fosse suficiente e que a escrita fosse um luxo e um perigo. Acima de tudo ensinava-se a prática da devoção, os mandamentos e os preceitos que deveriam regular a vida do bom cristão, as virtudes teológicas e fundamentais, em particular a prudência, a moderação e a castidade. (CUAZ, 2012:153)

O que pode-se afirmar é que as meninas, com certeza, sabiam ler, mas escrever o mínimo. Fato que reforça a hipótese de que os emigrados eram alfabetizados, inclusive as mulheres. Ainda segundo Cuaz (2012), em agosto de 1884 foi aprovado o *Regolamento per l'insegnamento*, que previa a italianização das escolas, “fruto de uma vontade governamental, de transformação econômica e social”.

Para ilustrar a situação da linguagem dos imigrantes no Brasil, tem-se a explanação registrada por Cenni (2003: 327), quando tratou das impressões dos visitantes que chegavam à cidade de São Paulo. Um deles no ano de 1902 exclamou: “Os meus ouvidos e os meus olhos guardam cenas inesquecíveis. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões”. Outro visitante, este um jornalista português, comentou ao chegar à estação de trens no bairro da Luz: “Encontramo-nos a cogitar se por estranho fenômeno de letargia, em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à cidade do Vesúvio”. Esse comentário, ainda segundo o autor, decorria da quase totalidade de cocheiros de tálburis procedentes da cidade de Napoli a se expressarem segundo seu linguajar local, dificultando a comunicação com os visitantes de outras etnias.

A cidade de São Paulo, de acordo com Biondi (2010: 24), se inseriu em um contexto singular, transformou-se, “durante o século XX, na metrópole com o maior número de descendentes de italianos no mundo, caracterizando-se, no início de sua expansão, como a cidade industrial do Brasil, na qual a componente italiana era majoritária em todos os setores de trabalho”.

Com essa grande população procedente do mesmo país recém unificado, várias foram as ações do Governo Italiano visando a manutenção e perpetuação da Língua Italiana. Em um

congresso realizado na cidade de São Paulo em 1904, debateu-se sobre a obrigação de se alfabetizarem crianças e adultos no idioma do país de origem e no idioma do país que as recebessem. O *Congresso delle Società ed Altre Istituzioni Italiane nel Brasile*, segundo os dados do *Fanfulla* (1906), ocorreu entre os dias 12 e 18 de Maio de 1904. Nesse *Congresso delle Società* existia uma comissão encarregada da análise dos temas: 1. Educação e instrução; 2. Meios e provimentos para difundir a cultura e a Língua Italiana no Brasil, e para fundar e manter escolas e institutos de instrução.

As páginas iniciais de um livro escolar indicado para uso dos alunos das escolas italianas no exterior, expressa todo o sentimentalismo e o amor que deve ser mantido pela Pátria.

Nunca esqueça que é italiano. O país de onde são seus pais, deve ser querido e saudado como seu nome. Quando seu pai e sua mãe abandonaram a Itália, levaram com eles um pedaço de sua terra, e você também é parte dela. E seus filhos e os filhos de seus filhos. Não é só seu corpo, é sua alma, que tem a natureza italiana. Nos teus olhos existe uma fagulha do nosso divino país, e o seu coração treme na ânsia de lembrar de teus avós que dormem em paz no branco cemitério na sua longínqua cidade. Mantenha pura suas recordações, é um tesouro da memória e dos sentimentos. (CARDUCCI, 1907:05)

A Comissão criada no *Congresso delle Società* propôs algumas considerações, como o reconhecimento aos imigrantes que apresentam um “sentimento de italianidade, patriotismo, amor e abnegação”, dedicando-se a educação e principalmente ao ensino da Língua Italiana.

[...] considerando que a educação e a instrução são interesses de ordem superior que não podem ser deixadas unicamente aos cuidados de uma só classe de cidadãos, para quanto respeitável e digna de consideração, mas é necessário fazer convergir para eles os favores todos e os esforços dos cidadãos privados e das associações nas colônias, do Governo Italiano, da Dante Alighieri e de quantas instituições se propõem a difusão da cultura, da língua e da instrução italiana no exterior. (FANFULLA, 1906: 822)

Essa Comissão sugeriu alguns assuntos que deveriam ser votados, entre eles, a necessidade de se ensinar a Língua Portuguesa aos alunos das escolas subsidiadas. A Lei que coagia aos estrangeiros inserirem no programa das escolas elementares o ensino da língua nacional brasileira datava do ano de 1896, mas não existia nenhum tipo de vigilância ou de punição aos proprietários de escolas que não cumprissem essa Lei. Deste modo, por alguns anos no início do século XX, as escolas subsidiadas italianas continuaram a ensinar aos

alunos todos os conteúdos no idioma de fluência de seus professores, que nem sempre falavam o italiano instituído como oficial.

As escolas italianas e os programas de ensino

Eram muitas as escolas italianas subsidiadas pelo Governo Italiano na cidade de São Paulo, o que se pode depreender até o momento é que elas seguiam o programa de ensino para o curso elementar do Governo da Itália. A população da península não se considerava italiana, esse sentimento e essa denominação pela qual se identificaram passou a existir depois que saíram de seu país de origem, os peninsulares entendiam as imposições linguísticas como vindas de um “governo estrangeiro”.

A propósito dos programas de 1860 e de 1867, intimamente ligados ao nascimento da unidade nacional e da guerra. Esses programas parecem que confrontam com grande pudor o tema do nacionalismo, embora relutantes em se concentrarem nas mudanças históricas, não ainda plenamente aceitas pela população, e às vezes vista como pura ocupação da parte de um exercito estrangeiro, o de Sabóia (CIVRA, 2002:32).

Conforme Salvetti (1995: 76) no ano de 1904 o governo brasileiro passou a impor normas e programas escolares às escolas italianas subsidiadas e privadas - sem vínculos com o Governo Italiano. Era uma forma de manter as escolas italianas sob a supervisão do governo brasileiro. Essas restrições foram bem recebidas pelo cônsul que, por esse motivo, recebeu muitas críticas, identificadas nos periódicos escritos em italiano que circulavam pela cidade e pelo Estado de São Paulo.

Com os dados colhidos nas fontes de pesquisa pôde-se compor um quadro com o nome de algumas das escolas italianas, os cursos que mantinham em funcionamento, quais programas de ensino seguiam e o ano de sua fundação.

Escolas Italianas Subsidiadas na cidade de São Paulo

ESCOLAS	CURSOS	ANO
Scuola Italiana Sempre Avanti Savoia	. primario ao completo; . curso noturno (adultos e crianças), segue o programa escolar Italiano; ensino da LP, conforme programa do governo	1887
Scuola italiana	. curso elementar em conformidade com programa Italiano	1889

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Regina Margherita	. curso complementar com o ensino de LP e musica	
Scuola Italo-Francese	. curso elementar completo, segue os programas da Italia . curso noturno de desenho, lingua francesa, trabalhos femininos, trabalhos manuais e elementos de geometria	1892
Istituto Elena Cairoli	. curso elementar e completo . curso noturno (adultos) . sessão de preparatorio para o Ginasio do Governo	1895
Scuola Regina Elena	. curso elementar seguindo as normas dos programas Italianos . curso noturno (adultos) . curso de LP, em conformidade com as disposições do país . curso para o trabalho feminino; exercícius ginasticos	1899
Scuola Regina Margherita (V. Marianna)	. curso elementar completo . curso noturno (adultos) . sessão de ensino pratico de trabalhos femininos.	1902

Fonte: FANFULLA. *Il Brasile e gli italiani*. Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906.

O quadro acima apresenta os programas de ensino seguidos por essas escolas e os vários níveis desse ensino. Existiam cursos elementares para crianças em idade escolar, e cursos noturnos para as crianças operárias e seus pais. Como também cursos específicos para as mulheres. Verifica-se ainda que três dessas escolas indicavam que ensinavam a Língua Portuguesa, apesar de seguirem o *Programa de Ensino das Escolas Italianas*.

A questão do ensino da língua nessas escolas é algo a ser analisado pautadamente. Muitas hipóteses podem ser levantadas: qual era o idioma falado nesses estabelecimentos de ensino?, o oficial instituído pelo Governo Italiano ou o regional?; quem eram os professores que ensinavam a Língua Portuguesa?, os próprios peninsulares ou os filhos deles que já tinham fluência no idioma nacional?, tendo em vista de que ainda não existia uma preocupação com a legislação brasileira específica, que tratava de qual deveria ser a nacionalidade do professor de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil nas escolas estrangeiras.

Ainda não se pode saber ao certo qual era o idioma ensinado nessas escolas, mas segundo alguns relatórios e documentos enviados por professores dessas escolas ao Diretor Geral da Instrução Pública, identificou-se na redação que existia um idioma que fazia uso de

vários vocábulos diferentes, utilizava-se a Língua Portuguesa, a Língua Italiana instituída oficialmente e outras palavras que poderiam ser expressões regionais.

Sr. Director.

Partecippo V. S. Il. dias 24 de outubro eu sotto scrit sopendei os fonzionamento da minha escuola particula, conforme as ordem de V. S. Pecco a V. S. Il. di concedermi algun tempo per regularizar os fonzionamento da minha escuola, a rispeto dos professor, porque não desejo de eliminar il meu nome do livro de ensinanti. Con muita estima e saudação. (SÃO PAULO, 1914, p. 468)

No ano de 1914 o Diretor Geral da Instrução Pública escreveu um relatório sobre a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil nas escolas privadas estrangeiras. O texto versava sobre os professores estrangeiros que ministravam as matérias nas escolas, e exatamente por sua condição de estrangeiros, não dominavam os conteúdos para ensiná-los. Fez a defesa da regulamentação da Lei que tornou obrigatório o ensino dessas matérias, mas como ainda não havia sido colocada em prática em sua plenitude, culpou deste modo, os professores que não tinham conhecimentos para ensiná-las.

Ministrado, no geral, por estrangeiros desconhecedores da nossa lingua, é esta adulterada, deturpada em sua terminologia e syntaxe, de modo que pôde ser tudo, menos portuguez. Ha aqui na Capital, muitas, innumeras escolas, onde não se fala uma palavra de portuguez na transmissão do ensino, e não se trata de escolas de linguas, mas de escolas primarias, destinadas ao ensino da infancia, parte integrante de nossa nacionalidade, pelo nascimento ou pela nacionalização, e que amanhã vae influir nos nossos destinos como cidadãos brasileiros. (SÃO PAULO, 1914, p. 20)

O ensino da Língua Portuguesa e da Língua Italiana nas primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo foram questões controversas e muito discutidas. O Diretor Geral da Instrução Pública e os inspetores concordavam com a necessidade de se ensinar a Língua Portuguesa corretamente. Mas, como poderiam sanar essa situação se não existia a fiscalização suficiente e nem professores habilitados para esse ensino, o mesmo ocorria com o ensino da Língua Italiana. Como o Governo Italiano poderia fiscalizar o ensino do idioma oficial nessas escolas, que foram criadas propositalmente em bairros e vilas com moradores vindos de regiões específicas.

O comitê da *Società Dante Alighieri* em São Paulo analisou a situação das escolas subsidiadas e das privadas sem subsídios, considerou-as precárias em seu relatório, com professores que não tinham a devida formação acadêmica. Porque, qualquer pessoa que

tivesse um nível cultural comprovado poderia ser proprietário, diretor e professor de uma escola italiana na cidade de São Paulo.

A questão da falta de domínio da Língua Italiana chegou a ser citada pelo vice-cônsul. Os professores ensinavam seus alunos nos respectivos idiomas locais, e não necessariamente na Língua Italiana oficial. Conforme Salvetti (1995:67) comentando o relatório do vice-cônsul: “nas escolas italianas de São Paulo, os professores são quase analfabetos, vê-se quanto é baixo o nível moral destes nossos compatriotas”.

O discurso sobre a titulação dos professores italianos pôde ser identificado nos periódicos pesquisados. Foram amplos os debates sobre a necessidade de existirem professores italianos que conhecessem o *Programa de Ensino das Escolas Italianas*. Mas, poderiam ser aceitos como professores e diretores outros sujeitos, desde que expressassem seu interesse pela educação.

[...] que é de suma conveniência que a escola italiana siga possivelmente um único programa de ensino com método uniforme, e que o ensino possa ser habilitado não somente por aqueles que na Itália conseguiram diploma de professores. Mas ainda por aquelas pessoas de ampla cultura e preparação, que na escola poderiam tornarem-se úteis e dignas da ocupação servindo dignamente a causa da instrução e da italianidade. (FANFULLA, 1906: 822)

O edital do periódico, realça ainda, a necessidade de os professores com formação na área da educação divulgarem seus conhecimentos aos professores leigos. Esses professores formados tinham acesso aos periódicos específicos, as reuniões e aos congressos de educação, participavam também de cursos práticos e formulavam programas de ensino e normas para as escolas. Esses eram os professores que teriam o dever de *dare consigli* e sugestões aos diretores e aos professores leigos dessas muitas escolas subsidiadas, em que todos têm suficiente cultura, mas não tem habilitação legal e preparo para o trabalho com os alunos.

Criação de uma escola de nível médio

O *Istituto Medio Italo Brasileiro Dante Alighieri*, foi criado no ano de 1911, na cidade de São Paulo, em decorrência dos esforços do professor Magnocavallo, em comunicar seu interesse pela educação ao então negociante Rodolfo Crespi. “No ano de 1912 começaram a

funcionar os cursos preparatórios e no ano seguinte o ginásio e o internato”, conforme Cenni (2003: 325).

Segundo Salvetti (1995: 151) “no projeto aprovado, o Instituto deveria ter as características de uma escola de elite”, embora tenha sido enfatizada, por seus idealizadores, a vantagem que teria indiretamente a classe operária. A criação de uma escola de nível médio italiana era uma possibilidade de ascensão social para a classe operária, que não tinha meios de frequentar as escolas médias brasileiras, privadas ou públicas.

[...] se indubitavelmente útil era a fundação de uma escola infantil, uma escola primária, uma recreativa, uma escola de caridade em nossa colônia, da utilidade bem mais alta para fazer surgir, aonde e quando se puder, focar a cultura média e qualquer acolhida os filhos destes e dos mais abastados. (SALVETTI, 1995: 151)

Ainda segundo Salvetti (1995:151) para o Instituto de São Paulo, a *Società Dante Alighieri* recebeu um financiamento extraordinário, sobre o qual se verificou um malestar entre a *Società Dante* e o *Commisariato Generale d’Emigrazione*.

[...] Na base do desentendimento existia uma incompreensão de fundo, com o novo comissário geral da emigração, Di Fratta, com os componentes socialistas do Commisariato Generale. Os membros do Commisariato não viam com bons olhos o nascimento em São Paulo de uma escola somente para os filhos da elite ítalo-brasileira. (SALVETTI, 1995: 151)

A escola foi criada apesar dos protestos, a ideal dessa instituição era a difusão da língua e da cultura italianas, entre a população mais abastada.

Pôde-se verificar que a intenção do Governo Italiano, com relação aos emigrados durante os anos posteriores a Unificação, foi a de difundir a cultura italiana, utilizando-se principalmente da Língua. A Língua Italiana contribuiu com a preservação da cultura do país aos indivíduos que haviam emigrado sem perspectivas de retorno à terra natal. Essa ação envolveu a princípio a classe operária, com a difusão das escolas elementares subsidiadas, e culminou com o incentivo à criação de uma escola para a elite de nível médio.

Ainda, reiterando a necessidade de difusão da língua italiana como instrumento de cultura, Palozzi (1993, p. 14) afirmou que:

O italiano, não pode aspirar a função de língua veiculada como outras línguas vivas: o inglês, o francês e o espanhol. Mas, assume um papel insubstituível como língua de cultura, por valorizar um patrimônio artístico e científico muito rico e suscetível a abrir perspectivas de ações culturais, econômicas e sociais. O ajuste

linguístico na Europa e no mundo é de grande importância e ocorre para assumir medidas incisivas para uma generalização e difusão da língua e da cultura italiana.(PALOZZI, 1993, p.14)

Como pôde-se verificar no trecho acima, o autor compactua com o discurso do Governo Italiano, sobre a necessidade de difusão da Língua e da cultura italiana. Mas, admite que outras línguas são mais utilizadas que o italiano, apesar de seu incomparável valor cultural.

Referências

BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico & FRANZINA, Emilio. (Org.s) *História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010. p. 23-48.

CARDUCCI, Giosué. Ricordo ai licenziandi delle scuole italiane all'estero. In: *Sono italiano!*. Società Dante Alighieri. Comitato Mantovano. Mantova: Tip. A. Mondov e Figlio, 1907.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: andiamo in'Merica*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CIVRA, Marco. *I programmi della scuola elementare dall'Unità d'Itália al 2000*. Torino: M. Valerio, 2002.

CUAZ, Marco. La scuola elementare in Valle d'Aosta: acquisizioni, problemi e prospettive di ricerca. In: PISERI, Maurizio (Org.). *L'alfabeto in montagna*. Scuola e alfabetismo nell'area alpina tra età moderna e XIX secolo. Milano: F. Angeli, 2012.

FANFULLA. *Il Brasile e gli italiani*. Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Trad. Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2006.

MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

MONTANELLI, Indro. *Storia d'Italia. L'Italia dei notabili (1861-1900)*. Milano: Rizzoli, 2011.

PALOZZI, Leucio. *Il personale della scuola all'estero: istruzione scolastiche e culturali italiane, nuove procedure selettive e utilizzazioni, status giuridico-economico, norme coordinate e guida operativa*. Roma: Bonacci, 1993.

PISERI, Maurizio (Org.). *L'alfabeto in montagna. Scuola e alfabetismo nell'area alpina tra età moderna e XIX secolo*. Milano: F. Angeli, 2012.

SALVETTI, Patrizia. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società "Dante Alighieri"*. Roma: Bonacci, 1995.

SÃO PAULO. *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado*. São Paulo: Typ. Siqueira & C., 1914.

TRECCANI. *L'Enciclopedia Italiana*. Disponível em: www.treccani.it. Acesso: 07/11/2012.